

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.171 - SC (2019/0183082-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**RECORRENTE : KROBEL, ALVAREZ - SOCIEDADE DE ADVOGADOS**  
**RECORRENTE : ROMEU LUIZ JUNKES**  
**ADVOGADOS : FAUSTO GOMES ALVAREZ - SC013734**  
**BERNARDO MELLO KROBEL - SC017116**  
**RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - SC008927**  
**ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - SC017458**  
**RODRIGO FRASSETTO GÓES E OUTRO(S) - SC033416**

## **DESPACHO**

Vistos etc.

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o Plenário do Superior Tribunal de Justiça realizou diversas alterações para atualizar o Regimento Interno da Corte.

Dentre elas, destaco a Emenda Regimental n. 24, de 28 de setembro de 2016, que teve como principal objetivo regulamentar preceitos estabelecidos no CPC/2015 correlatos ao processo e ao julgamento de precedentes qualificados de competência deste Tribunal Superior (recursos repetitivos, incidente de assunção de competência e enunciados de súmula). Em relação aos recursos repetitivos, do art. 256 ao 256-X foram disciplinados procedimentos aplicáveis desde a seleção do recurso no tribunal de origem como representativo da controvérsia até a proposta de revisão de entendimento firmado sob o rito dos repetitivos.

Importantes inovações também podem ser conferidas nos arts. 256 ao 256-D do RISTJ, que estabelecem atribuições ao Presidente do STJ para despachar, antes da distribuição, em recursos indicados pelos tribunais de origem como representativos da controvérsia (RRC). Essas atribuições, mediante a Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, foram delegadas ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes.

Quanto a esse ponto, a análise dos RRCs pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes deve ser restrita aos limites regimentais, de forma que,

# Superior Tribunal de Justiça

após a distribuição, o ministro relator possa se debruçar sobre a proposta de afetação do processo ao rito dos repetitivos **no prazo de 60 dias úteis (RISTJ, art. 256-E)**, a fim de:

a) rejeitar, de maneira fundamentada, a indicação do recurso especial como representativo da controvérsia (inciso I);

b) propor à Corte Especial ou à Seção, conforme o caso, a afetação do recurso para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (inciso II).

Feito esse breve registro sobre parte das alterações regimentais atinentes aos recursos repetitivos, passo à análise precária formal do presente recurso qualificado pelo Tribunal de origem como **representativo da controvérsia**.

O 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina admitiu o presente recurso especial como representativo da controvérsia, juntamente com o Recurso Especial n. 1.812.301/SC, os quais tratam da seguinte questão (e-STJ, fl. 182):

*(Im)possibilidade de fixação de honorários advocatícios por equidade nas causas de valor elevado (vultoso, exorbitante), sobretudo quando quantificável a condenação ou o proveito econômico (art. 85, § 2º), por interpretação extensiva ao § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015*

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da Subprocuradora-Geral da República Maria Soares Camelo Cordioli, manifesta-se pela admissibilidade do recurso como representativo da controvérsia.

Em análise superficial do processo, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos**, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ, de acordo com o parecer do Ministério Público Federal.

Inicialmente, quanto ao aspecto numérico, mesmo tendo sido consignado na decisão de admissibilidade apenas 12 processos sobrestados na origem, a 3ª Vice-Presidência do TJSC, órgão responsável pelo juízo de admissibilidade de recursos especiais interpostos no respectivo Tribunal, possui a visão sistêmica

do volume de feitos com determinada questão de direito, sendo as atividades de sobrestamento de processos atos judiciais que se iniciarão após a seleção do recurso como representativo da controvérsia.

Com relação à questão de direito veiculada neste recurso, importante anotar que mesmo havendo pronunciamento da Segunda Seção sobre o tema, esta Corte não deixará de se manifestar em diversos outros processos em que haja insurgência das partes sobre a definição dos tribunais de origem.

Nesse sentido, a submissão deste processo ou, eventualmente, dele e do outro admitido como representativo da controvérsia ao Plenário Virtual do STJ, com a proposta de reafirmação do entendimento firmado no Recurso Especial n. 1.746.072/PR, conferirá maior racionalidade nos julgamentos e, em consequência, estabilidade, coerência e integridade à jurisprudência conforme idealizado pelos arts. 926 e 927 do Código de Processo Civil.

A submissão da matéria ao rito qualificado dos repetitivos evitará decisões divergentes nos tribunais ordinários e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais a esta Corte Superior, tendo em vista que os presidentes e vice-presidentes dos tribunais de origem, responsáveis pelo juízo de admissibilidade, poderão negar seguimento a recursos especiais que tratem da mesma questão, ensejando o cabimento do agravo interno para o próprio tribunal, e não mais do agravo em recurso especial, conforme estabelecido no § 2º do art. 1.030 do CPC.

Por outro lado, destaco que a definição dos critérios de fixação de honorários advocatícios sob o rito dos recursos repetitivos, precedente qualificado de estrita observância pelos juízes e tribunais nos termos do art. 121-A do RISTJ e do art. 927 do CPC, orientará as instâncias ordinárias, cuja eficácia refletirá em numerosos processos em tramitação, balizando as atividades futuras da sociedade, das partes processuais, dos advogados e dos magistrados. Além disso, possibilita o desestímulo à interposição de incidentes processuais, bem como a desistência de recursos eventualmente interpostos, tendo em vista ser fato notório que a ausência de critérios objetivos para a

# *Superior Tribunal de Justiça*

identificação de qual é a posição dos tribunais com relação a determinado tema incita a litigiosidade processual.

Nesse sentido, com base na diretriz regimental prevista no art. 46-A, de que cabe à Comissão Gestora de Precedentes sugerir medidas destinadas a ampliar a afetação de processos aos ritos dos recursos repetitivos e da assunção de competência, com fundamento no § 3º do art. 55 do CPC e no art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, distribua-se o presente processo por prevenção ao Ministro Raul Araújo, relator para acórdão do Recurso Especial n. 1.746.072/PR.

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017